Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Camargos S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021 3

BALANÇOS PATRIMONIAIS 9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 15
1. CONTEXTO OPERACIONAL 15
2. BASE DE PREPARAÇÃO 17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 21
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 22
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES 23
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO 23
7. IMOBILIZADO 24
8. INTANGÍVEL 24
9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL 26
10. FORNECEDORES 27
11. ENGARGOS REGULATÓRIOS 28
12. TRIBUTOS 28
13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS 28
14. PROVISÕES 29
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 29
16. RECEITA 31
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 32
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 33
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 33
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 35
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 36
22. SEGUROS 39

PARECER DO CONSELHO FISCAL 40
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Camargos S.A. ("Companhia" ou "Camargos") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CEMIG GERAÇÃO CAMARGOS

A Cemig Geração Camargos S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R$113.499 mil, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou, no exercício de 2021, lucro de R$51.135 mil, em comparação a R$30.866 mil no exercício de 2020, um aumento de 65,67% devido, principalmente, ao aumento da Receita Líquida e ao reconhecimento da repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20.

Receita

A Cemig Geração Camargos S.A. é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Camargos, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – ME – UHE Camargos, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

As principais variações na receita da Companhia são conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2021 foi de R$32.837 mil, em comparação a R$27.892 mil em 2020.

A Cemig Geração Camargos S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R$27.409 mil em 2021 (R$18.499 mil em 2020), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R$10.557 mil em 2021 (R$7.994 mil em 2020), representando um aumento de 32,06%. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com Amortização e Depreciação em decorrência da amortização do ativo intangível da repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R$2.613 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 4,86% em relação ao Resultado de R$53.748 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2020, a Companhia apurou o montante de R$1.806 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 5,53% em relação ao Resultado de R$32.672 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R$52.968 mil, comparativamente a R$31.725 mil em 2020. A Margem do LAJIDA foi de 98,55% em 2021 e 80,08% em 20 020, conforme demonstrado a seguir:

R$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado	51.135	30.866	65,67
Provisão IR e Contribuição Social Corrente	2.613	1.806	44,68
Amortização e Depreciação	317	103	207,77
Resultado Financeiro	(1.097)	(1.050)	4,48
LAJIDA	52.968	31.725	66,96

LAJIDA	2021	2020
Receita Líquida – R$ milhões	53.749	39.616
LAJIDA – R$ milhões	52.968	31.725
Margem LAJIDA - %	98,55%	80,08%

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências ("PAE") específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de

comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

O ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1) Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,

2) Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,

3) Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O Grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do Grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021, o Grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo Grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2022 que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$51.135 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R$2.557 mil para constituição de reserva legal;
- R$18.289 mil para pagamento de dividendos estatutários;
- R$6.000 mil para dividendos intermediários pagos;
- R$8.711 mil para pagamento de dividendos adicionais;
- R$15.578 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Camargos é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	758	2.023
Títulos e Valores Mobiliários	4	15.169	13.275
Consumidores e Revendedores	5	4.675	4.701
Ativo Financeiro da Concessão	6	15.126	13.810
Tributos Compensáveis		36	65
Fundos Vinculados		41	54
Outros Créditos		49	40
TOTAL DO CIRCULANTE		35.854	33.968
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e Revendedores	5	102	1.650
Títulos e Valores Mobiliários	4	3.120	2.985
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	171
Tributos Compensáveis		536	271
Outros Créditos		56	71
Ativo Financeiro da Concessão	6	125.076	114.005
Imobilizado	7	3.142	2.818
Intangível	8	9.311	-
Direito de Uso	9a	82	152
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		141.425	122.123
ATIVO TOTAL		177.279	156.091

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	664	2.149
Encargos Regulatórios	11	213	322
Impostos, Taxas e Contribuições	12a	448	426
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	384	418
Dividendos a pagar	15	18.289	11.735
Transações com Partes Relacionadas	20	267	283
Passivo de Arrendamento	9b	13	92
Outras Obrigações		1	-
TOTAL DO CIRCULANTE		20.279	15.425
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Regulatórios	11	-	240
Impostos, Taxas e Contribuições Diferido	12a	491	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	599	-
Passivo de Arrendamento	9b	74	70
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	13	8.756	8.385
Outras Obrigações		-	2
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.920	8.697
TOTAL DO PASSIVO		30.199	24.122
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital Social		113.499	113.499
Reserva de Lucros		33.581	18.470
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		147.080	131.969
PASSIVO TOTAL		177.279	156.091

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto Resultado por Ação)

	Notas	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	16	53.749	39.616
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Encargos de uso da rede de distribuição		(1.256)	(1.059)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.503)	(1.311)
		(4.759)	(2.370)
CUSTO			
Materiais		(103)	(95)
Serviços de Terceiros		(3.701)	(3.851)
Amortização e Depreciação		(317)	(103)
Outros Custos Operacionais		(17)	(20)
		(4.138)	(4.069)
CUSTO TOTAL	17	(8.897)	(6.439)
LUCRO BRUTO		44.852	33.177
DESPESA OPERACIONAL	17		
Despesas Gerais e Administrativas		(1.432)	(1.383)
Outras Despesas Operacionais		(228)	(172)
		(1.660)	(1.555)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	8	9.459	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		52.651	31.622
Receitas Financeiras	18	1.495	1.324
Despesas Financeiras	18	(398)	(274)
Resultado antes dos Impostos		53.748	32.672
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	19	(1.843)	(1.814)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19	(770)	8
RESULTADO DO EXERCÍCIO		51.135	30.866
Resultado Básico e Diluído por Ação – R$		0,4505	0,2719

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	51.135	30.866
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	51.135	30.866

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por Ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)	113.499	5.500	15.063	(6.161)	127.901
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2019 (R$0,1327 por ação)	-	-	(15.063)	-	(15.063)
Resultado do Exercício	-	-	-	30.866	30.866
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	1.235	-	(1.235)	-
Dividendos Estatutários (R$0,1034 por ação)	-		-	(11.735)	(11.735)
Dividendos Adicionais Propostos (R$0,1034 por ação)	-	-	11.735	(11.735)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	113.499	6.735	11.735	-	131.969
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2020 (R$0,1034 por ação)	-	-	(11.735)	-	(11.735)
Resultado do Exercício	-	-	-	51.135	51.135
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	2.557	-	(2.557)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	15.578	(15.578)	
Dividendos Intermediários	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Dividendos Estatutários (R$0,1034 por ação)	-	-	-	(18.289)	(18.289)
Dividendos Adicionais Propostos (R$0,1034 por ação)	-	-	8.711	(8.711)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	113.499	9.292	24.289	-	147.080

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	51.135	30.866
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido (Nota 18)	770	(8)
Atualização Monetária Bonificação de Outorga (Nota 16)	(27.409)	(18.499)
Amortização e Depreciação (Nota 17)	317	103
Juros Passivo de Arrendamento (Nota 9)	15	20
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 13)	-	1.574
Variações monetárias – Restituição a concessionárias (Nota 18)	371	201
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	(9.459)	-
	15.740	14.257
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	1.574	(1.949)
Ativos Financeiros da Concessão	15.022	14.270
Tributos Compensáveis	(236)	(80)
Outros Créditos	(3)	(16)
	16.357	12.225
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(1.485)	719
Impostos, Taxas e Contribuições	513	17
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.639	3.324
Encargos Regulatórios	(349)	17
Transações com Partes Relacionadas	(16)	28
Outras Obrigações	2	2
	304	4.107
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	32.401	30.589
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(1.673)	(3.289)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30.728	27.300
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	(2.029)	(7.449)
Fundos Vinculados	13	(51)
Imobilizado	(414)	(1.106)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.430)	(8.606)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(29.470)	(17.141)
Arrendamentos pagos	(93)	(88)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(29.563)	(17.229)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.265)	1.465
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.023	558
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	758	2.023
	(1.265)	1.465

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Camargos S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.844/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Camargos da Cemig GT para a Cemig Geração Camargos S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Camargos possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.746, de 28/07/2020. Em 2020, cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Destaca-se que em 2021 a Cemig Geração Camargos S. A. investiu na modernização do pórtico rolante da Usina Camargos.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.931 de 2021. A Companhia teve prazo de extensão igual ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias).

COVID-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;

- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e Revendedores (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 6 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 9 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 15 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício

concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste "de 10%" para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a

partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, fundos vinculados, ativos financeiros da concessão, fornecedores e passivo de arrendamento.

b) Consumidores e Revendedores

As contas a receber de Consumidores e Revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

e) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios de contas de energia e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias, variações monetárias e juros do passivo de arrendamento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas Bancárias	38	168
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	-	1.177
Overnight	720	678
TOTAL	758	2.023

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de

Custódia e Liquidação (CETIP), a movimentação em 2020 foi entre 88,5% e 99%, conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 8,87% a.a a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	889	2.157
Letras Financeiras - Bancos	12.527	8.203
Letras Financeiras do Tesouro	1.577	2.891
Debêntures	176	24
	15.169	13.275
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	3.077	2.887
Debêntures	43	98
	3.120	2.985
	18.289	16.260

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que fechou em 107,24% do CDI em 2021 e variou entre 106% e 110% em 2020, conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 105,00% a 130,00% do CDI em 2021 (entre 99,5% e 130% do CDI em 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. Ficou entre 9,12% a 9,50% a.a. em 2021 e 1,86% a 1,90% a.a. em 2020.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial TR +1% a 109% do CDI em 2021 ((TR)+1% e 109% do CDI em 2020).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos	Saldos Vencidos	Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	2021	2020
Fornecimento Industrial	-	970	-	1.322	2.292	4.078
Suprimento a Outras Concessionárias	-	2.463	-	-	2.463	2.273
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	22	-	-	22	-
Total	-	3.455	-	1.322	4.777	6.351
Circulante					4.675	4.701
Não circulante					102	1.650

A Companhia não constituiu provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, pelo fato de a Administração entender não haver risco de perdas na realização destas contas a receber.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Camargos, cuja concessão pertencia a própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Camargos para a Cemig Geração Camargos – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016 a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física – ("CGF" ou "regime de cotas"). Desde janeiro de 2017 a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre – ("ACL").

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	127.815	123.586
Recebimentos	(15.022)	(14.270)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	27.409	18.499
Saldo final	140.202	127.815
Circulante	15.126	13.810
Não Circulante	125.076	114.005

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Em serviço	3,73	2.321	(129)	2.192	2.187	(39)	2.148
Obras civis, benfeitorias e edificações	4,00	47	(3)	44	47	(1)	46
Máquinas e equipamentos	3,55	2.274	(126)	2.148	2.140	(38)	2.102
Em curso	-	950	-	950	670	-	670
Total	3,56	3.271	(129)	3.142	2.857	(39)	2.818

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	2.187	-	-	134	134	2.321	(129)	2.192
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	-	-	-	47	(3)	44
Máquinas e equipamentos	2.140	-	-	134	134	2.274	(126)	2.148
Em curso	670	414		(134)	280	950	-	950
Total	2.857	414	-	-	414	3.271	(129)	3.142

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2021, a taxa média de depreciação anual foi de 3,56% (3,73% em 2020).

8. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n° 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico", no montante de R$9.459, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de amortização (%)	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Em serviço		9.459	(148)	9.311	-	-	-
Ativos da concessão - GSF		9.459	(148)	9.311	-	-	-
Em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total		9.459	(148)	9.311	-	-	-

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	9.459	-	-	9.459	9.459	(148)	9.311
Ativos da concessão - GSF	-	9.459	-	-	9.459	9.459	(148)	9.311
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	9.459	-	-	9.459	-	(148)	9.311

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459			
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7	03/01/2053

9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7	132	139
Adição	75	-	75
Remensuração	2	7	9
Amortização	(4)	(67)	(71)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	80	72	152
Remensuração	8	1	9
Amortização	(6)	(73)	(79)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	82	-	82

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	146
Adição	75
Juros incorridos	20
Arrendamentos pagos	(83)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	162
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(93)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	87
Passivo circulante	13
Passivo não circulante	74

10. FORNECEDORES

	2021	2020
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia	83	923
Materiais e Serviços	581	1.226
TOTAL	664	2.149

11. ENGARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	-	48
Pesquisa Expansão Sistema Energético	14	13
Pesquisa e Desenvolvimento	78	407
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	27	27
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	94	67
	213	562
Circulante	213	322
Não Circulante	-	240

12. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2021	2020
Passivo		
ICMS	227	212
COFINS	511	136
PASEP	111	30
INSS	53	34
Outros	37	14
	939	426
Circulante	448	426
Não Circulante	491	-

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	2020
Passivo		
Imposto de Renda	605	266
Contribuição Social	378	152
	983	418
Circulante	384	418
Não Circulante	599	-

13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R$8.385 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária e

aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$8.756. A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

14. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021, há ação de natureza patrimonial, que discute a reintegração de posse de áreas destinadas à construção do reservatório da UHE Camargos, no montante de R$10 (R$8 em 2020), cuja contingência de perda é possível. Adicionalmente, em 2021 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Capital Social da Companhia é de R$113.499, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2021	2020
Reserva Legal	9.292	6.735
Reserva de Retenção de Lucros	15.578	-
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais	8.711	11.735
	33.581	18.470

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R$2.557 de Reserva Legal em 31 de dezembro 2021, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação. (R$1.235 em 2020).

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R$8.711 em 2021, (R$11.735 em 2020) referentes a dividendos propostos pela administração que excedem o dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.
O cálculo dos dividendos foi feito conforme a seguir:

	2021	2020
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	51.135	30.866
Absorção de prejuízos acumulados	-	(6.161)
	51.135	24.705
Reserva Legal Constituída	(2.557)	(1.235)
	48.578	23.470
Dividendos Obrigatórios	24.289	11.735
Retenção de Lucros	15.578	-
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	18.289	11.735
Dividendos Intermediários	6.000	-
Dividendos Adicionais Propostos	8.711	11.735
Total dos Dividendos	33.000	23.470

Destinação do Resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2022 que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$51.135, seja dada a seguinte destinação:

- R$2.557 mil para constituição de reserva legal;
- R$18.289 mil para pagamento de dividendos estatutários;
- R$6.000 mil para dividendos intermediários pagos;
- R$8.711 mil para pagamento de dividendos adicionais;
- R$15.578 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

16. RECEITA

	2021	2020
Fornecimento Industrial	15.167	11.494
Fornecimento não Faturado Industrial	970	905
Transações com Energia na CCEE	2.019	690
Suprimento Cotas - Geração Própria	29.787	29.787
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(697)	(714)
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(15.022)	(14.270)
Outras Receitas - Ressarcimento	163	-
Fornecimento bruto de energia elétrica	32.387	27.892
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	-	(1.574)
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	27.409	18.499
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(6.047)	(5.201)
	53.749	39.616

(a) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas Demonstrações Financeiras.

(b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2021	2020
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.846	2.162
COFINS	1.521	1.281
PIS-PASEP	330	278
	4.697	3.721
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	164	142
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	164	142
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	82	70
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	286	336
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	654	790
	1.350	1.480
	6.047	5.201

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	726	674
Materiais	126	114
Serviços de Terceiros (a)	4.402	4.560
Amortização e Depreciação	317	103
Encargos de uso da rede de distribuição	1.256	1.059
Energia elétrica Comprada para Revenda	3.503	1.311
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	227	173
	10.557	7.994
Custos	8.897	6.439
Despesas	1.660	1.555
TOTAL	10.557	7.994

a) Serviços de Terceiros

	2021	2020
Manutenção, Conservação e Instalações	3.198	3.555
Auditoria Externa	55	53
Vigilância	172	156
Conservação e Limpeza de Prédios	328	304
Meio Ambiente	436	225
Tecnologia da Informação	97	118
Outros	116	149
TOTAL	4.402	4.560

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.148	414
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	312	281
Variações Monetárias	-	447
Outras	35	182
	1.495	1.324
Despesas Financeiras		
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	(371)	(201)
Outras Variações Monetárias	(10)	(11)
Juros Passivo de Arrendamento	(15)	(20)
Outras	(2)	(42)
	(398)	(274)
RESULTADO FINANCEIRO	1.097	1.050

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Bruta	46.356	46.356
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.709	5.563
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	943	943
Outras Receitas Financeiras	348	348
Base de cálculo Lucro Presumido	5.000	6.854
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	750	617
Adicional (10% sobre valor superior a R$ 240)	476	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.226	617
Rendas Aplicações não resgatadas	204	204
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	51	18
Receita por competência diferida	13.440	13.440
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	1.075	1.613
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	269	145
Amortização custos GSF	9.311	9.311
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	745	1.117
Alíquota	25%	9%
Total	186	101
Corrente	1.226	617
Diferido	506	264

	2020	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Bruta	46.391	46.391
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.711	5.567
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	295	295
Outras Receitas Financeiras	909	909
Base de Cálculo - Lucro Presumido	4.915	6.771
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	737	609
Adicional 10% valor superior a R$240	468	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.205	609
Rendas não resgatadas	120	120
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos - Rendas não resgatadas	30	11
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(1.574)	(1.574)
Percentual de Presunção	8%	12%
	(126)	(189)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos - Restituição a concessionárias	(32)	(17)
IR e CS – DIFERIDO	(2)	(6)
Resultado IR e CS	1.203	603
Corrente	1.205	609
Diferido	(2)	(6)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	267	283	-	-	(853)	(883)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	290	911	-	-	(3.045)	(1.134)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	-	(2.229)
Dividendos	-	-	18.289	11.735	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	211	183	-	-	2.437	2.397	(1.255)	(1.059)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	720	678	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	15.169	13.275	-	-	372	164	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	3.120	2.985	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

(2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;

(3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;

(4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,86% em 31 de dezembro de 2021 e 0,39% em 31 de dezembro de 2020.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	28	27
Participação nos resultados	5	9
Previdência privada	3	2
Total (1)	36	38

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e Revendedores	2	4.777	4.777	6.351	6.351
Títulos e Valores Mobiliários	2	9.598	9.598	5.449	5.449
Ativos financeiros da Concessão	3	140.203	140.203	127.815	127.815
Fundos Vinculados	2	41	41	54	54
		154.619	154.619	139.669	139.669
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	720	720	1.855	1.855
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	889	889	1.452	1.452
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.225	6.225	6.468	6.468
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.577	1.577	2.891	2.891
		9.411	9.411	12.666	12.666
		164.030	164.030	152.335	152.335
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(664)	(664)	(2.149)	(2.149)
Passivo de Arrendamento	2	(87)	(87)	(162)	(162)
		(751)	(751)	(2.311)	(2.311)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021, 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.
Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com passivos de arrendamentos e fornecedores está apresentado baixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de arrendamento	1	2	11	44	208	266
Fornecedores	664	-	-	-	-	664
TOTAL	665	2	11	44	208	930

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela Usina de Camargos. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

22. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 26 de fevereiro de 2022, na importância segurada de R$66.540, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, e, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

* * * * * * * * * *

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:44 UTC
BRy
053.***.***-69
thadeu carneiro da silva

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Assinatura Eletrônica
20/05/2022 16:32 UTC
BRy
523.***.***-91
Demétrio Alexandre Ferreira

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:34 UTC
BRy Leonardo George de Magalhães
617.***.***-20
Leonardo George de Magalhães

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 15:25 UTC
BRy Mário Lúcio Braga
469.***.***-53
Mário Lúcio braga

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 14:54 UTC
BRy José Martins
296.***.***-77
José Guilherme Grigolli Martins

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Camargos S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtlufft

Ronald Gastão Andrade Reis

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Camargos S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Camargos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Camargos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

Demonstrações Financeiras 2021 - controladas

CHAVE: 980D03BEA7D1C78E104E5DE17ACBD992A9DD5F78FECFA17D7ADD29100DFE9B07

Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

Assinaturas

Demétrio Alexandre Ferreira

demetrio@cemig.com.br

Assinado em: 20/05/2022 13:32:39 (BRT)

IP: 179.189.188.56

Geolocalização: -19.9181, -43.937

Assinatura Eletrônica
20/05/2022 16:32 UTC

*523.***.***-91*
Demétrio Alexandre Ferreira

Mário Lúcio braga

mmario@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 12:25:24 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9293071, -43.9505132

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 15:25 UTC

Mário Lúcio Braga

*469.***.***-53*
Mário Lúcio braga

José Guilherme Grigolli Martins

jose.martins@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 11:54:50 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9327744, -43.9615488

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 14:54 UTC

José Martins

*296.***.***-77*
José Guilherme Grigolli Martins

thadeu carneiro da silva

thadeu.silva@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:45:11 (BRT)

IP: 189.99.89.13

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:44 UTC

*053.***.***-69*
thadeu carneiro da silva

Leonardo George de Magalhães

lgeorge@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:34:51 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:34 UTC

Leonardo George de Magalhães

*617.***.***-20*
Leonardo George de Magalhães

Eventos da coleta

Criação	19/05/2022 10:12:40 (BRT)
Conclusão	20/05/2022 13:32:38 (BRT)